

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES EM UMA ESCOLA DO  
MUNICÍPIO DE IPATINGA: ESTUDO DE CASO**

**MARLEI DA SILVA CAMPOS**

**ORIENTADORA: SILVIA ESTER ORRÚ**

**BRASÍLIA/2011**

**MARLEI DA SILVA CAMPOS**

**INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES EM UMA ESCOLA DO  
MUNICÍPIO DE IPATINGA: ESTUDO DE CASO**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB -  
Pólo de Ipatinga (MG).

Orientadora: Professora Dra.Silvia Ester Orrú

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MARLEI DA SILVA CAMPOS**

### **INCLUSÃO DE ALUNOS CADEIRANTES EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE IPATINGA: ESTUDO DE CASO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

SILVIA ESTER ORRÚ (Orientadora)

---

CELESTE AZULAY KELMAN (Examinadora)

---

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Examinadora)

BRASÍLIA/2011

*Dedico este trabalho a Deus por alargar as minhas fronteiras oportunizando-me acesso ao conhecimento e em consequência meu crescimento.*

*A minha mãe que sempre sonhou comigo.*

*Aos meus filhos Gustavo e Guilherme pela compreensão e paciência.*

*Aos meus colegas de trabalho pelo incentivo e companheirismo.*

*Amo a todos.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por renovar as minhas forças e me sustentar nos momentos mais difíceis.

Aos professores do Curso de Pós Graduação de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão da Faculdade UAB/UNB, pela entrega incondicional na missão que lhes foi confiada.

Aos meus dois queridos alunos, pais, professores e direção pela confiança e cooperação.

A minha mãe, pela torcida e palavras de incentivo.

A minha Professora Orientadora Silvia Ester Orrú pela prontidão, apoio e incentivo me mostrando caminhos e diretrizes para que eu pudesse avançar em meus desígnios.

"Educação gera conhecimento,  
conhecimento gera sabedoria, e,  
só um povo sábio pode mudar  
seu destino."  
(Samuel Lima)

## RESUMO

Na atualidade um grande desafio do sistema educacional brasileiro é viabilizar ações eficazes para a acessibilidade e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas unidades do ensino regular. Garantir sua matrícula não pressupõe a inclusão propriamente dita, mas apenas um passo na sua conquista. Essa distorção conceitual tem sido um dos principais entraves à concretização da educação para todos, que deve ter compromisso com uma educação inclusiva que vá além dos direitos instituídos legalmente, e que atendam efetivamente as necessidades dos alunos. O presente trabalho teve como finalidade explorar o debate sobre inclusão de dois alunos cadeirantes na rede de ensino regular, reconhecendo os principais desafios que possa inviabilizar o acesso de ambos, analisando as ponderações de professores, alunos e pais no que refere as suas dificuldades e limitações. Utilizou-se neste trabalho a perspectiva qualitativa – estudo de caso, através de entrevistas através de aplicação de questionários e observações, com 8(oito) professores desta instituição, pertencentes a Rede Pública Municipal da cidade de Ipatinga Minas Gerais, no primeiro semestre letivo de 2010, e também com os dois alunos, seus pais e dirigente da escola. Este trabalho propiciou subsídios para repensar as práticas pedagógicas, permanência e acesso, espacial e cognitivo à aprendizagem na escola, a partir de análise, buscando refletir os caminhos para a verdadeira inclusão. Pôde-se perceber através da pesquisa que nesta instituição ainda há entraves que impossibilitam a efetiva aprendizagem do caso analisado.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Acessibilidade e Permanência.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
2.1. Educação inclusiva .....	12
2.2 As leis e sua implicabilidade na garantia da educação inclusiva .....	14
2.3. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino .....	16
2.4. acessibilidade e aprendizagem escolar .....	17
3. OBJETIVOS .....	20
3.1. Objetivo geral.....	20
3.2. Objetivos específicos .....	20
4 METODOLOGIA .....	21
4.1. Fundamentação teórica da metodologia .....	21
4.2. Contexto da pesquisa .....	22
4.3. Participantes .....	22
4.4 Materiais .....	23
4.5. Instrumentos de construção de dados .....	23
4.6. Procedimentos de construção de dados .....	23
4.7. Procedimentos de análise de dados .....	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	25
5.1 Sentimentos dos professores em relação à educação inclusiva .....	25
5.2 A inclusão no ensino regular .....	28
5.3 A família e o processo de inclusão .....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
REFERÊNCIAS .....	36
APÊNDICES .....	38
ANEXO .....	43



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 - Preparação dos professores para a Inclusão.....	26
Gráfico 2- Opinião dos professores sobre a inclusão.....	26
Gráfico 3- O ensino mais apropriado para a inclusão do deficiente.....	27
Gráfico 4-Deficiência prejudica ou não o andamento da turma?.....	28
Gráfico 5- preparo da escola em relação a inclusão escolar.....	29
Gráfico 6-Entraves enfrentados pela direção da escola na inclusão.....	29
Gráfico 7-Dificuldades enfrentadas pela família.....	30
Gráfico 8-Visão da família quanto à escola.....	30
Gráfico 9-Dificuldades enfrentadas pelos alunos de acessibilidade.....	31
Gráfico10-Relacionamento dos alunos deficientes físicos com os demais colegas de classe. ....	32

## **1. APRESENTAÇÃO**

As políticas públicas para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) vêm sendo amplamente discutidas. Existe uma vasta legislação específica sobre inclusão destes educandos, porém muitas são as contradições e dificuldades para efetivação dessa proposta. Sabe-se que para efetivar uma inclusão de fato na rede pública de ensino, não basta simplesmente o cumprimento da lei, matriculando a pessoa com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino (CARVALHO, 2002; FAVERO, 2004).

No caso específico dos cadeirantes, é preciso dar garantias de acesso e locomoção durante todo o percurso de ida e vinda dentro do ambiente escolar, sem esquecer-se do aparato teórico e prático para que este aluno possa ir além da presença na sala de aula, mas fazer-se presente, participativo e integrante no processo ensino aprendizagem.

Com base nesse princípio acredita-se que o conhecimento da proposta para Educação Inclusiva possa contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, solidária e, portanto, comprometida com seu propósito mais significativo: humanizar. Assim sendo, se existem barreiras, é preciso conhecer quais são elas e como removê-las para que a inclusão destes alunos aconteça nesta instituição. Além do mais é necessário reconhecer as possibilidades para gerar inclusão dentro do ambiente escolar e como a escola tem contribuído para este processo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação seja um direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 institui normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Nesta mesma lei consta que para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência física, todas as escolas devem eliminar suas barreiras arquitetônicas tendo ou não alunos com deficiência matriculados, pois já prepararia a instituição escolar de antemão a receber alunos cadeirantes.

Como mostra a norma de acessibilidade nas escolas:

Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. (NBR9050, 2004, p.87)

No texto fica claro que a concretização da garantia de todos na escola passa pelo acesso a ela e, dentro desta, à acessibilidade a todos os ambientes. Dessa forma, toda comunidade escolar deve atender aos princípios constitucionais, não devendo excluir nenhuma pessoa em razão da sua condição física ou neurológica.

A inclusão é um fato e ao mesmo tempo uma necessidade, mas para que se concretize, é necessário apresentar critérios, avaliar caso por caso, tanto nas condições estruturais da escola como de recursos humanos, levando-se em conta a capacitação de professores especialmente preparados e, sobretudo, as condições individuais de cada sujeito com necessidades especiais (SASSAKI, 1997).

O ensino público deve ser o alicerce da democracia e a base fundamental para a superação das desigualdades sociais, mas no Brasil ainda temos muito que caminhar para que a inclusão seja uma realidade e não um ideal. Nesse sentido, o presente trabalho pretendeu discutir e analisar as limitações e possibilidades das propostas inclusivas e meios de estratégias de superação das desigualdades e melhoria de acesso e aprendizagem (CARNEIRO, 1997).

Este trabalho está organizado da seguinte forma. No capítulo 2, foram abordados os conceitos, as leis, o acesso e a permanência de alunos com necessidades Educacionais para a Educação Inclusiva. No capítulo 3 os objetivos do trabalho. No capítulo 4 os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa, No capítulo 5 os resultados e discussões dos dados obtidos através da pesquisa. No capítulo 6 as considerações finais e contribuições para a educação inclusiva.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. Educação inclusiva**

A inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais necessita de um novo olhar onde o direito, o respeito à diversidade transcenda a imposição. Embora existam leis e decretos que respaldam esta inserção como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases nº9394/96 LDB nº10.098/2000 e o decreto nº3.956/2001 da convenção da Guatemala, essa normatização não será eficaz se as pessoas reconhecerem o valor das pessoas com necessidades especiais como um sujeito no mundo, no seu sentido humanitário com direitos à cidadania.

Três objetivos devem nortear o trabalho inclusivo de todo educador:

1. Buscar através da orientação educacional que a criança atinja a formação para a cidadania;
2. A preparação para o trabalho;
3. O desenvolvimento pessoal.

Muitos são os desafios que as pessoas com deficiência encontram ao ingressarem em uma escola regular. É sabido que cada caso tem sua especificidade e que poucas ou talvez nenhuma escola regular esteja totalmente preparada para atender a todas as limitações. Por essa razão, é indispensável que a escola avalie todos os recursos materiais e humanos disponíveis. É imprescindível que adaptações aconteçam, e dentro das possibilidades todos os esforços devem ser empreendidos (MANTOAN, 2003).

Os entraves para a inclusão de alunos cadeirantes, vão desde problemas arquitetônicos à falta de preparo de profissionais que se julgam inseguros para lidarem com a situação. Nessa perspectiva, infelizmente nos deparamos na nossa vivência pedagógica com escolas que possui esse público, com crianças e adolescentes sendo esquecidas no canto da sala, pois são subestimadas quanto ao seu potencial de aprendizagem, sendo julgadas como incapazes e somente suas limitações são colocadas em evidência (SASSAKI, 1997).

Quando as escolas recebem alunos com necessidades educacionais especiais é notória a insegurança que a cerca. Um grande desafio a ser superado é a conscientização de professores e funcionários em rever e repensar seus conceitos

e práticas, bem como entender as novas possibilidades educacionais trazidas pela inclusão (BATAGLIA, 2009).

Objetivando esta educação inclusiva em todos os aspectos, as tendências atuais apresentam a busca de uma integração e/ou inter-relação entre os profissionais da área da educação e saúde. Visto que os educadores devem buscar estes apoios.

Para ultrapassar as barreiras de implementação da educação inclusiva é necessário construir um novo modelo educacional. As escolas precisam repensar suas práticas e abrir-se para o novo, desencadeando ações que possam centralizar seu Projeto Político Pedagógico para as diferenças. De acordo com Barth (1990, p. 514):

As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável... o que é importante nas pessoas e nas escolas é o que é diferente, não o que é igual.

A partir do argumento de Barth, pode-se pensar que leis, nem políticas educacionais serão eficazes se não vier precedida de uma reflexão séria e consciente de que as oportunidades a todos os alunos numa escola devem ser as mesmas, sem distinção, respeitando à diversidade e a especificidade de cada um. Por esse motivo, conhecer as proposta e as leis que conduzem a inclusão escolar não são suficientes para que ela aconteça, pois é preciso reconhecer as diferenças como parte inerente de todos nós.

As experiências educacionais apontam cada vez mais que os alunos não precisam ter todas as mesmas necessidades de aprendizagem e características para serem integrantes e respeitados em um ambiente escolar. Para Stainback (1999, p. 21-34):

A segregação não é uma prática da atualidade mais algo praticado há séculos. Prática tão rude e cruel já não deveria permear a nossa realidade. Infelizmente existem atitudes e estruturas educacionais totalmente arraigadas à exclusão generalizada.

A impossibilidade de vivenciar o espaço da mesma forma que outro aluno representa barreiras para as pessoas com necessidades educacionais especiais muito maiores que os obstáculos físicos. Isto obviamente influencia o desenvolvimento escolar e afasta as pessoas com deficiência das condições ideais de aprendizado e socialização. Torna-se então necessário entender a inserção não como um problema somente da pessoa, mas principalmente do sistema ao qual ela está inserida. Segundo Carvalho (1996, p. 02)

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada na Tailândia em 1990, ao abordar a importância de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, destacou que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de necessidades especiais requerem atenção especial e é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de necessidade, como parte integrante do sistema educativo.

Frente a essa realidade, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida não podem ficar excluídas do direito de permanecer e usufruir de todos os ambientes de uma escola, nesse sentido torna-se claro a importância da acessibilidade nos espaços públicos e privados para propiciar a frequência desses alunos, respeitando assim, as diferenças dentro da diversidade de cada indivíduo.

## **2.2. As leis e sua implicabilidade na garantia da educação inclusiva**

Podemos dizer que a ideia de inclusão foi disseminada pela Disabled Peoples International. Tratava-se de uma organização não governamental criada por líderes com deficiência, quando em sua Declaração de Princípios, de 1981, definiu o conceito “equiparação de oportunidades”. A partir daí vários documentos internacionais foram criados como o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, em 1983, e as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para pessoas com Deficiência, em 1994, ambos da Organização das Nações Unidas (ONU), e a Declaração de Salamanca, em 1994, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem dado ênfase

a este conceito, iniciando assim à conscientização da sociedade sobre o outro lado da inserção, o de modificarmos a sociedade para as necessidades das pessoas (VASCONCELOS, 2006).

A educação relaciona-se aos direitos educacionais de igualdade e oportunidades assegurados pela Constituição Federal de 1988. Os artigos a seguir da constituição revelam que, o Art. 205. Trata a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, a mesma deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa. Seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Art.206 determina que o ensino seja ministrado com base nos seguintes princípios de igualdade de condições para o acesso à escola, já o Art. 208. Postula que é dever do Estado com a Educação sendo a mesma efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

A LEI Nº 8069 de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências No capítulo IV deste estatuto no Art.53 expõe que: A criança e o adolescente com necessidades educacionais têm direito à educação, visando sempre o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes condições de acesso e permanência na escola, tendo o devido respeito por aqueles que promovem a sua educação e quando houver a necessidade de um atendimento educacional especializado, que seja feito na própria rede regular de ensino.

A Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao tratar da Educação especial no Capítulo V descreve que a educação para as pessoas com necessidades especiais deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, tendo quando necessários serviços de apoio especializado, e caso o aluno não tiver condições de frequentar a escola regular será feito o atendimento em classes especiais, cabendo ao estado ofertar a educação especial para crianças de zero a seis anos e educação infantil.

A Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no art. 1º estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

As Leis, decretos, resoluções, portarias visam garantir o direito de todos à educação, inclusive as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e elas por si só não garantirão uma prática inclusiva, mas atitudes respaldadas pelas mesmas farão toda a diferença. Sair do campo teórico para uma prática mais efetiva é um desafio a ser superado (FAVERO, 2004).

### **2.3. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino**

Nem todas as escolas se dizem preparadas para receber o aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Esta falta de preparo se dá em parte pela falta de formação e informação dos professores, por não possuírem currículos adaptados para a formação destes discentes, por problemas na infraestrutura adequada, por falta de serviços de apoio, sendo este questionamento feito por toda a comunidade escolar, professores, diretores, demais funcionários que não se sentem preparados para dar um atendimento adequado no que se refere às necessidades destes alunos. Outro fator é a questão dos demais alunos que não foram preparados para conviver com seus colegas compreendendo as suas limitações (LIPE; CAMARGO, 2009; JOVER, 1999).

A participação da família dos alunos com NEE é imprescindível pra todo o processo. Faz-se necessária uma interação entre esta e a instituição. É fundamental que todos recebam orientações necessárias até mesmo um trabalho de conscientização principalmente com os demais alunos para que estes aprendam a conviver com a diversidade e não desenvolver práticas discriminatórias e segregadoras. A intensificação de medidas qualificadoras e de orientação aos professores e a comunidade parece ser uma medida viável e possibilitadora do avanço desse processo (JOVER, 1999).

Para Vygotsky (1988) a aprendizagem não começa na escola, mas é através dela, num ambiente motivacional que o desenvolvimento e o conhecimento se efetivarão, afirmando que:



A aprendizagem da criança se dá pelas interações com outras crianças de seu ambiente, que determina o que por ela é internalizado. A criança vai adquirindo estruturas linguísticas e cognitivas, mediado pelo grupo. (VYGOTSKY, 1988, p.105)

Na teoria de Vygotsky a escola não deve evidenciar os pontos fracos do deficiente, mas sim suas potencialidades e estimulá-la a superar suas limitações.

Segundo Mantoan (2003), na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. A inclusão é a nossa capacidade de reconhecer o outro e ter o privilégio de conviver com pessoas diferentes. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão vai muito além de rampas e banheiros adaptados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) esclarece que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis - da escola básica ao ensino superior. É importante assegurar o acesso, a permanência e a continuidade do estudo desses alunos através de recursos e suportes que atendam às suas necessidades até a conclusão de seus estudos, a nível superior. Sendo assim as escolas de ensino regular precisam se adequar, se reorganizar e melhorar o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, se tornando uma escola que reconhece e valoriza as diferenças, pois a inclusão não pode mais ser ignorada.

## **2.4. Acessibilidade e aprendizagem escolar**

O conceito de acessibilidade é definido como ausência de barreiras arquitetônicas, barreiras arquitetônicas urbanísticas, barreiras comunicacionais e ajudas técnicas, porém nos dias atuais o termo acessibilidade não se restringe apenas as barreiras físicas, sendo que existem outras formas que impedem o acesso, seja cognitiva ou outras. As políticas educacionais voltadas para eliminação desses entraves, que prejudicam a aprendizagem escolar já existe, sendo necessário colocá-las em prática (ABNT, 2004).

Diante das necessidades que um indivíduo que utiliza uma cadeira de roda possui as condições oferecidas a eles no ambiente escolar e nas ruas ainda são deficientes e precisam de adaptações mais abrangentes.

Com a chegada a escola, o deficiente já se depara de início na entrada de alguns prédios com dificuldades de acesso, pois nem todos oferecem essas condições e aos outros ambientes, o que impede e impossibilita o cadeirante de se locomover com autonomia nestes locais.

Para Ribeiro (2004) a acessibilidade está diretamente associada à aprendizagem e a inclusão:

A prática pedagógica se desenvolve a partir do espaço escolar que pode ser de possibilidades ou de limitações. Entende-se então o acesso um grande veículo para aprendizagem e inclusão. Falar de inclusão é pensar na modificação da sociedade como parte de um processo que busca o desenvolvimento cidadania das pessoas com deficiências (RIBEIRO 2004, pág.103-118).

Buscar a mobilização de toda uma sociedade no sentido de respeitar às limitações de pessoas com necessidades especiais oferecendo a estas condições dignas de sobrevivência e acesso aos direitos inerentes a todo ser humano é um desafio a ser superado através de políticas públicas realmente voltadas para este fim. A necessidade de reestruturação do modelo escolar é ressaltada por Freitas (2008):

É encontrada então uma necessidade de repensar a organização escolar nos níveis macro e micro estrutural, contemplado desde gestão no sentido mais amplo “sistema de ensino” da escola até a organização da prática educacional em sala de aula (FREITAS, 2008, pag.37-40).

O aluno que utiliza uma cadeira de roda ou outros tipos de auxílio-locomoção, muita das vezes é visto como incapaz, uma nova crença precisa ser construída por educadores, não somente se preocupar com o espacial, mas ir além, aprender nas práticas e reflexões diárias a ver o “sim” que possibilitará gerar novidades para os alunos (SANTOS, 2002).

Alguns educadores estão arraigados em fortes crenças e valores direcionados para processos de segregação, para o “não” que implica a deficiência, e, sobretudo,

para verem a dificuldade como um impedimento e não como geradora de conflitos que vão por sua vez criar uma nova cultura comum entre eles e seus alunos.

O ambiente escolar pode ser o mais propício para se fazer discussões envolvendo órgãos públicos, e interação destes sujeitos à comunidade, buscando soluções para melhorar a acessibilidade e a aprendizagem das pessoas com deficiência física. Entre estes recursos podemos utilizar as tecnologias assistivas como ajuda com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência, sendo os óculos, bengala, ou mesmo uso de computadores adaptados para quem não consegue pegar no lápis, ou outros que forem mais adequados a necessidade da pessoa (LIPE; CAMARGO, 2009).

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo geral**

- Investigar e discutir a inclusão e acessibilidade de alunos cadeirantes em uma escola pública de Ipatinga.

#### **3.2. Objetivos específicos**

- Avaliar a capacidade da instituição escolar para oferecer acessibilidade a alunos cadeirantes;
- Perceber a dificuldade encontrada por alunos cadeirantes no enfrentamento do cotidiano escolar;
- Reconhecer as premissas legais relacionadas à questão dos cadeirantes.

## **4 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como objeto de estudo o caso de dois alunos cadeirantes em uma escola da rede municipal de Ipatinga.

A proposta deste estudo tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino para estes alunos, se ambos estão sendo incluídos em todas as atividades escolares oferecidas, ou seja, se eles estão tendo acesso físico e cognitivo a uma educação de qualidade e de direitos iguais.

Fazendo uma reflexão com as bibliografias de autores que defendem a inclusão, através dos dados obtidos nesta pesquisa, e estabelecendo relações com as Leis que garantem a inclusão do aluno com Necessidades Educacionais Especiais neste estabelecimento de ensino.

### **4.1. Fundamentação teórica da metodologia**

A pesquisa foi fundamentada nas teorias de Vygotsky, por destacar que o processo de apropriação do desenvolvimento humano se dá através de experiências presentes em sua cultura (VYGOTSKY, 1987).

Para Vygotsky (1987) o deficiente deve interagir, pois a sociabilidade é uma forma de não se adaptar à deficiência e de desenvolver habilidades diferentes. A escola deve prezar a inserção social e continuar buscando formas de tratar todos com igualdade, respeitando suas diferenças. Fundamentada nas teorias deste autor e outros autores colaboradores, que revelam a preocupação de como o deficiente é visto pela sociedade, onde se deve retirar-lhe o olhar biologizante e em seu lugar enxergá-lo como um ser social, sendo que a educação deve ser realizada de forma integrada, contribuindo assim, para o desenvolvimento psíquico, físico e para a compensação e a correção de erros de todos os educandos. Entre os aspectos citados pelo autor, ele foca o desenvolvimento do aluno a partir do que ele é capaz de produzir, não evidenciando os pontos negativos.

O deficiente deve ter as mesmas oportunidades e passar por métodos e procedimentos que lhe garantam uma educação semelhante a todos os outros

estudantes. Sendo respaldada nos dias atuais pelas Leis estudadas (LDBN 9394/96), Constituição Federal de 1988, a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a LEI Nº 8069 de 13 de julho de 1990 e os decretos e portarias que vem respaldar as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento destes cidadãos.

#### **4.2. Contexto da pesquisa**

A escola pesquisada Maria Bernardina (fictício), situada no município de Ipatinga-MG, funciona em dois turnos, sendo matutino e vespertino, matriculados 318 alunos, sendo atendidos educandos do 1º ao 9º ano. Esta escola possui 42 funcionários sendo 8 auxiliares de serviços, 7 vigilantes, 24 professores, 1 coordenador, 1 vice diretor e 1 diretor.

A escola sofreu algumas reformas no ano de 2010 onde foram construídas rampas de acesso a sala de informática e a quadra poliesportiva, mas as mesmas não foram instaladas nas portas das salas de aula, biblioteca, secretaria.

Esta escola atende alunos da comunidade onde é situada e bairros vizinhos, sendo em sua grande maioria de baixa renda e alguns com necessidades educacionais especiais, sendo oferecido a estes educandos atendimento em turno reverso no CENAM (Centro Educacional de Atendimento Multidisciplinar).

#### **4.3. Participantes**

A pesquisa foi realizada por meio de uma experiência docente através de um estudo de caso de dois alunos cadeirantes de uma escola da rede municipal de Ipatinga-MG, sendo gêmeos e ambos possuem paraplegia, os alunos cursam o 7º ano regular, um deles possui laudo médico, onde há prescrição de atendimento especializado, pois possui raciocínio e desenvolvimento motor mais lento, sendo que ambos freqüentam o hospital Sarah para reabilitação.

Foram entrevistados oito professores, um dirigente desta escola, seus pais e os dois alunos.

#### **4.4. Materiais**

Os recursos materiais utilizados foram:

- Computador;
- impressora;
- papel.

#### **4.5. Instrumentos de construção de dados**

Para entender quais as dificuldades e necessidades enfrentadas pelos alunos cadeirantes e avaliar as barreiras ambientais que poderiam causar algum tipo de restrição seja ela físico-motora e outras, que compromettesse seu desenvolvimento e aprendizagem, foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando um questionário (ver modelo em apêndices) para esses alunos, seus pais e professores e um representante da equipe diretiva, com perguntas abertas e fechadas sobre o processo de inclusão e acesso a todos os ambientes de aprendizagem desses discentes, com observações diretas, na realização de atividades normais de uso do espaço escolar pelos alunos com deficiência física e barreiras que poderiam causar restrições em seus movimentos.

#### **4.6. Procedimentos de construção de dados**

A pesquisa se deu em uma escola da rede municipal de Ipatinga, onde há outros alunos com necessidades educacionais especiais, sendo que a pesquisa foca

dois alunos cadeirantes, pelo fato de se visualizar como docente desta instituição, dificuldades de acesso e acomodações inadequadas neste ambiente e algumas situações que impossibilitam os educandos de participar de atividades, como aulas externas à escola e acessar sem auxílio os ambientes escolares.

Diante destas observações, a pesquisadora conversou com a equipe diretiva sobre o trabalho, sendo autorizada pela mesma a desenvolver as atividades. Houve um contato prévio com os pais dos alunos, onde foram esclarecidos sobre a pesquisa e sendo prontamente autorizado pelos mesmos a utilizar todas as informações acerca da deficiência e inclusão dos alunos nesta escola.

Ao se falar sobre a pesquisa com os alunos cadeirantes, eles se mostraram receptivos, e interessados.

Para efetivação da pesquisa foram feitas observações durante o trajeto e permanência dos educandos nesta instituição, foi utilizado também um questionário para cada um dos oito professores, um para o dirigente escolar, um para os pais e um para cada um dos alunos estudados.

Durante o estudo foi feito o uso da TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) devidamente autorizada pelos responsáveis dos alunos e demais pessoas envolvidas na pesquisa, sendo professores e dirigente escolar. Todos os envolvidos na pesquisa receberam informações quanto à realização e objetivo da pesquisa. Os dados obtidos foram analisados a partir de um diálogo com a bibliografia existente sobre o assunto e documentos que abordam o referido tema, os resultados levados aos gestores e professores desta instituição para apreciação, reflexão e análise. Utilizando-se destes dados e para a construção dos gráficos.

#### **4.7. Procedimentos de análise de dados**

Podemos analisar os dados das entrevistas através de 3 categorias: Sentimentos dos professores em relação à educação inclusiva; A inclusão no ensino regular; A família e o processo de inclusão.



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

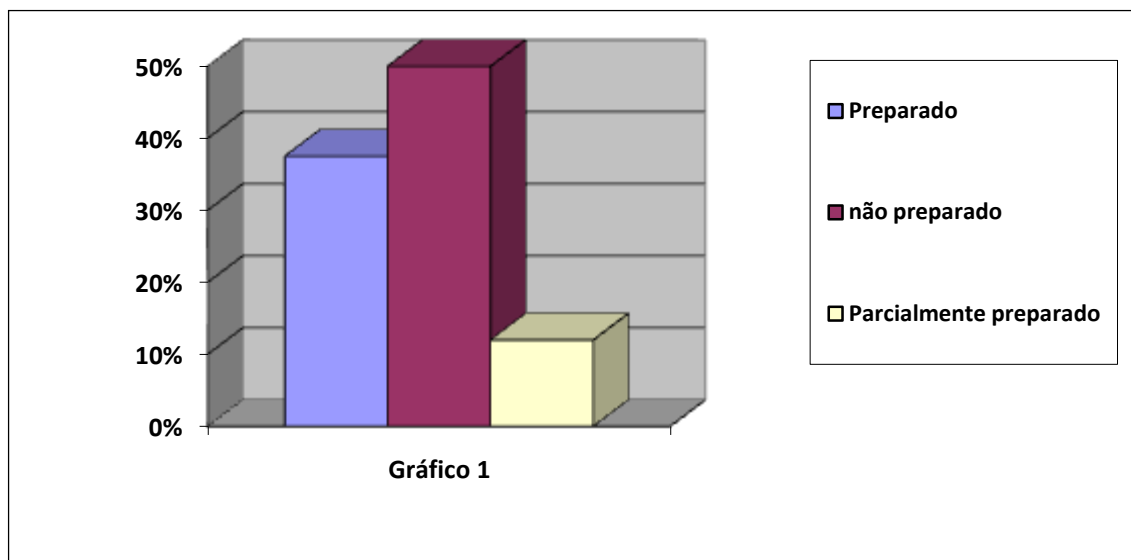
### 5.1 Sentimentos dos professores em relação à educação inclusiva

Durante o estudo foi feita uma entrevista com oito professores de uma escola da rede municipal de Ipatinga, onde podemos analisar que 100% tinham como maior preocupação a inclusão dos deficientes à aprendizagem, seguida pela infraestrutura e em último a acessibilidade.

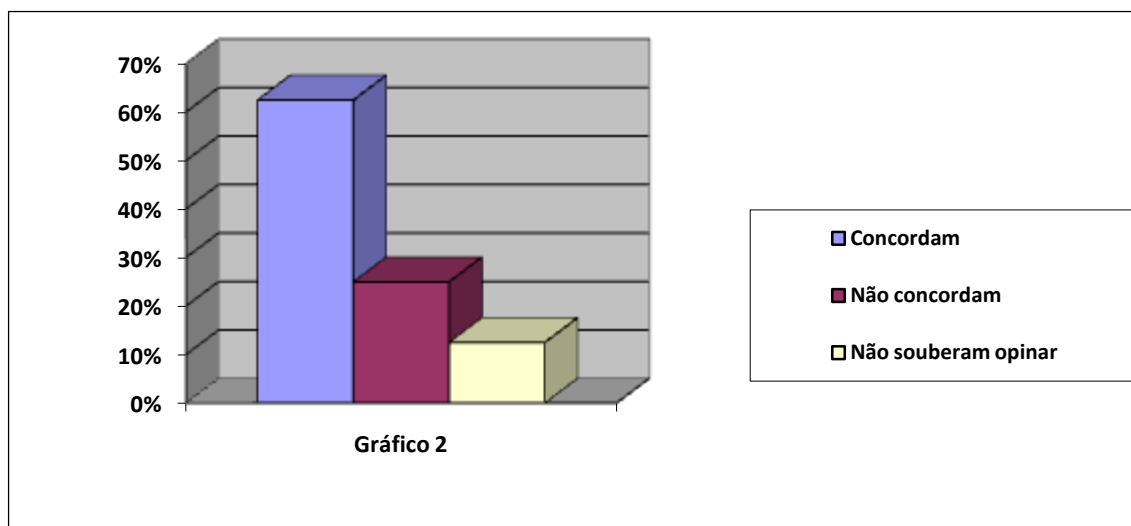
Devido a problemas de saúde decorrentes da deficiência e pontualidade, todos os dias eles perdem 1 (uma) hora de aula, 30 minutos no início e 30 no final do turno o que compromete o aprendizado dos mesmos, sendo o trajeto de casa para a escola feita por meios particulares, pois o vale transporte oferecido pelos órgãos públicos não contemplam as necessidades e dentro da instituição eles encontram como obstáculos os acessos aos vários ambientes, onde não há rampas.

A inclusão precisa de professores especializados com todos os alunos. Sendo necessário que todos voltem a estudar, a pesquisar, enfim, se preparar para poder estar atendendo a todos com qualidade (RATLIFFE, 2000). Pode-se visualizar no gráfico 1 que 50% dos professores não se sentem preparados para a inclusão, 37.5% se sentem preparados e 12.5% se sentem parcialmente preparados, sendo que alguns os professores gostariam de ser preparados para atuar na educação especial e adaptar o currículo para essas crianças. Sendo assim eles poderiam estar apoiados na situação de ensino regular.

Para Vygotsky (1988) crianças com ou sem deficiência a educação deveria ser realizada de forma integrada, contribuindo, assim, a seu ver, para o desenvolvimento psíquico, físico e para a compensação e a correção de erros.

**GRÁFICO 1: Preparação dos professores para a inclusão**

O gráfico 2, visualizamos que 62.5% concordam com a inclusão, 25% não concordam e 12.5% não souberam opinar. Sendo que os que não concordam são por não se sentirem preparados para atenderem crianças e jovens com necessidades especiais.

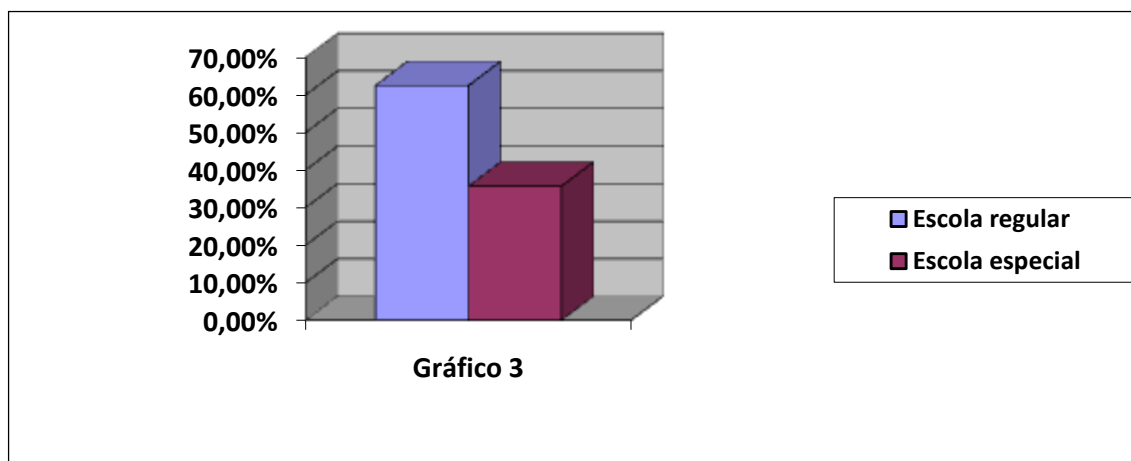
**GRÁFICO 2: Opinião dos professores sobre inclusão**

No gráfico 3, podemos observar que 62.5% professores desta escola acreditam que o local mais adequado para o aprendizado destes alunos é a escola regular e 37.5% que seria a escola especial.

Para o aluno com necessidade especial é garantida sua permanência e efetiva aprendizagem na rede regular de ensino de acordo com a LDBEN 9394/96. Na teoria de Vygotsky, a educação deveria ser respaldada por métodos e procedimentos que permitissem um desenvolvimento semelhante ao das crianças não deficientes e, portanto, fez críticas à escola especial da época, considerada por ele como uma instituição que impedia o convívio entre as crianças com deficiência e as crianças com desenvolvimento típico da mesma idade.

Para Vygotsky a interação dos alunos com NEE com os outros educandos, favorece a deficiente, que apresenta dupla influência no desenvolvimento. Ao procurar meios de se adaptar, ela estimula o indivíduo ao invés de limitá-lo. “O desenvolvimento encontra vias de realização nas relações sociais” (VYGOTSKY, 1987). A escola não deve se adaptar à deficiência, e sim descobrir meios de superá-la.

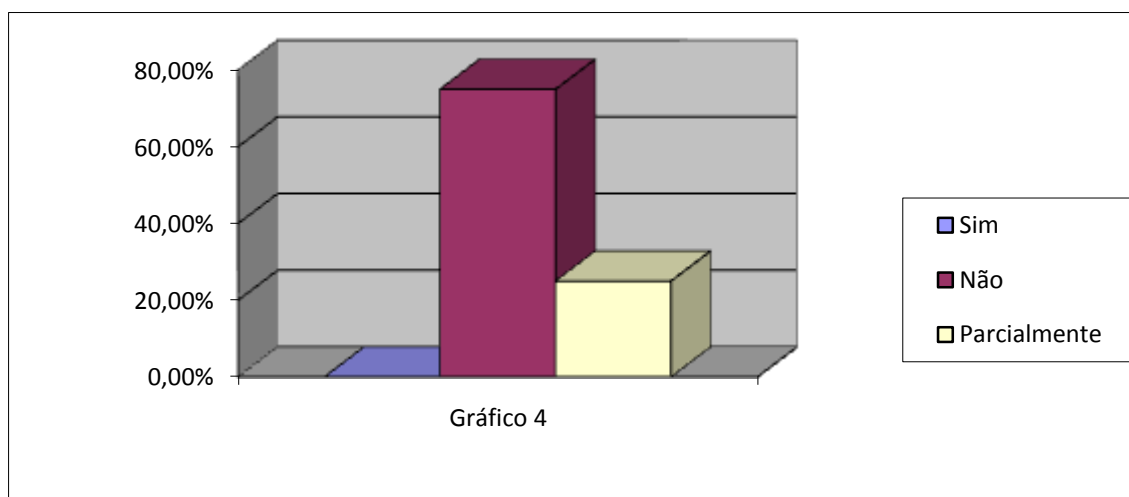
**GRÁFICO 3: O ensino mais apropriado para a educação de deficientes físicos**



Quando a criança começa a frequentar a escola, as interações passam a ter mais significado para ela e sua família (RATLIFFE, 2000). Mas para que se integre num grupo de pessoas ‘normais’ é necessário que ela seja aceita. É preciso aceitar as diferenças, nas suas capacidades e comportamentos (VAYER, 1989). No gráfico 4 podemos analisar que 75% dos professores, acreditam que inclusão não atrapalha o desenvolvimento da turma, muito pelo contrário, o convívio com a diversidade

beneficia a todos, os outros educandos passam a ser mais solidários, entre outros valores. Os que acham que atrapalha parcialmente são 25% e diz que pelo fato de terem muitos alunos na sala, não pode dar o apoio individualizado quando o aluno necessita, e quando este atendimento é feito atrasa o andamento da matéria.

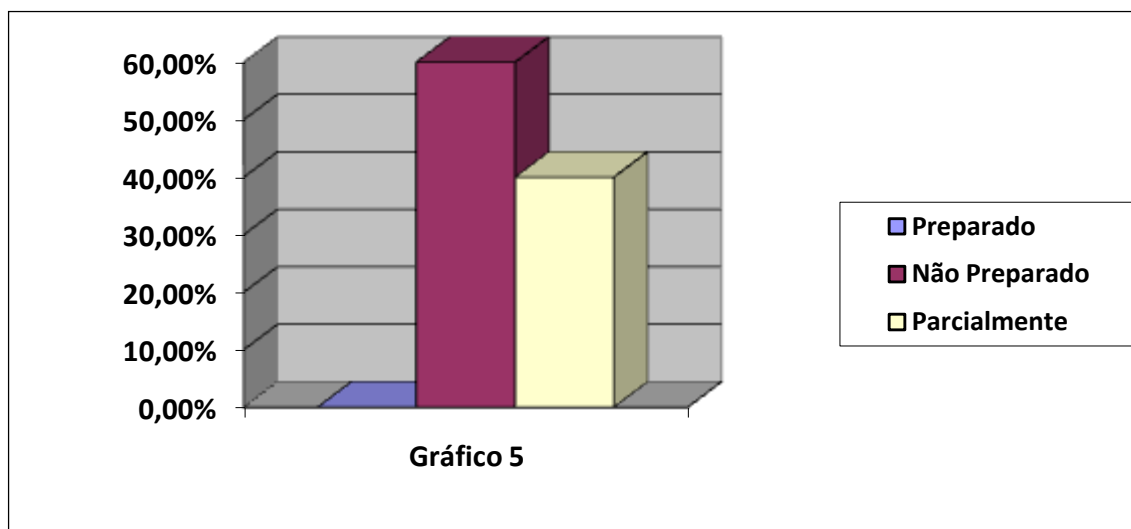
**GRÁFICO 4: Deficiência prejudica ou não o andamento da turma**



## 5.2 A inclusão no ensino regular

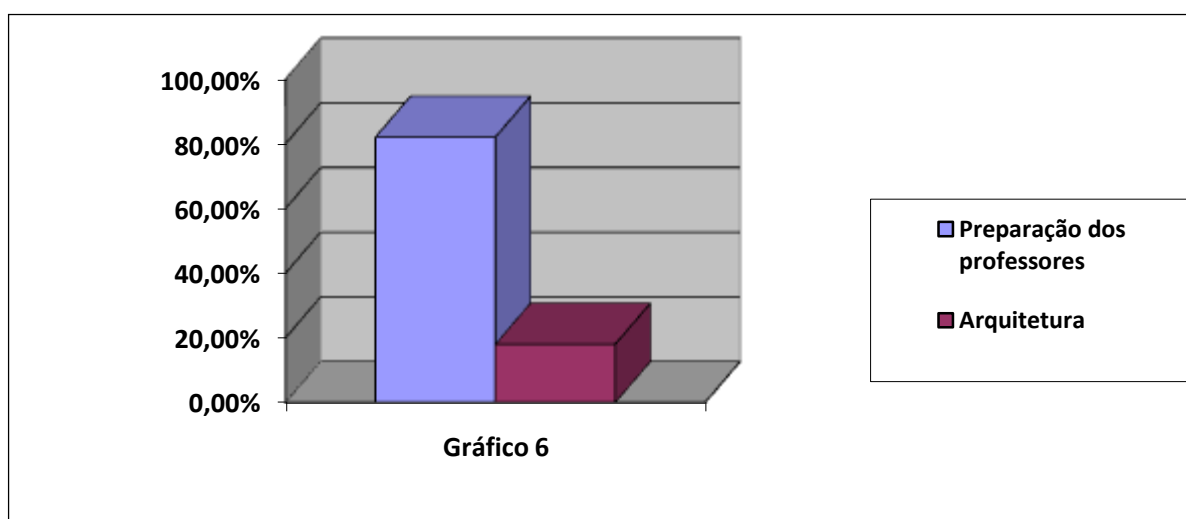
Durante a pesquisa feita com um representante da equipe diretiva desta escola, podemos contatar pelo gráfico 5, que a escola não está preparada em 60%, e acredita que esteja parcialmente preparada em 40% por não contemplar todos os requisitos da inclusão, sendo que os alunos deficientes físicos não conseguem ter livre acesso a todos os ambientes escolares e um dos alunos pesquisado precisaria de um professor de apoio para auxiliá-lo, não sendo contemplado até o momento final da entrevista. Segundo a Lei Nº 8069 é garantido atendimento educacional especializado aos deficientes.

**GRÁFICO 5: Preparo da escola em relação à Inclusão**



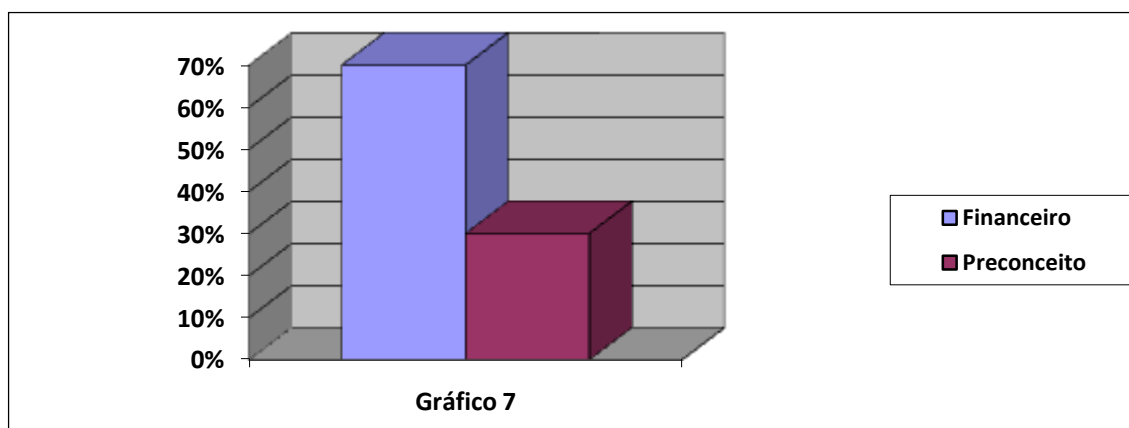
Ainda segundo os dirigentes desta escola a maior dificuldade enfrentada pela escola, sendo 80% como observada no gráfico 6, é a falta de preparo do professor em lidar com a inclusão, necessitando da capacitação para trabalhar a mesma, seguida em 20% da acessibilidade espacial. Tendo na Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e seus decretos, garantia de formação especializada dos professores e acesso aos educandos a todos os locais que favoreçam seu desenvolvimento.

**GRÁFICO 6: Entraves enfrentados pela direção da escola**



Durante a entrevista com a família, como observamos no gráfico 7 a maior dificuldade enfrentada, com 70% foi à questão financeira, onde ambos, ou seja, pai e mãe têm que trabalhar fora, para garantir o sustento da casa. Moram em uma casa de difícil acesso a rua, e não possuem veículo para transportar os gêmeos, precisando da ajuda de vizinhos e amigos para fazê-lo, e em seguida com 30% vem o do preconceito da sociedade para com o deficiente.

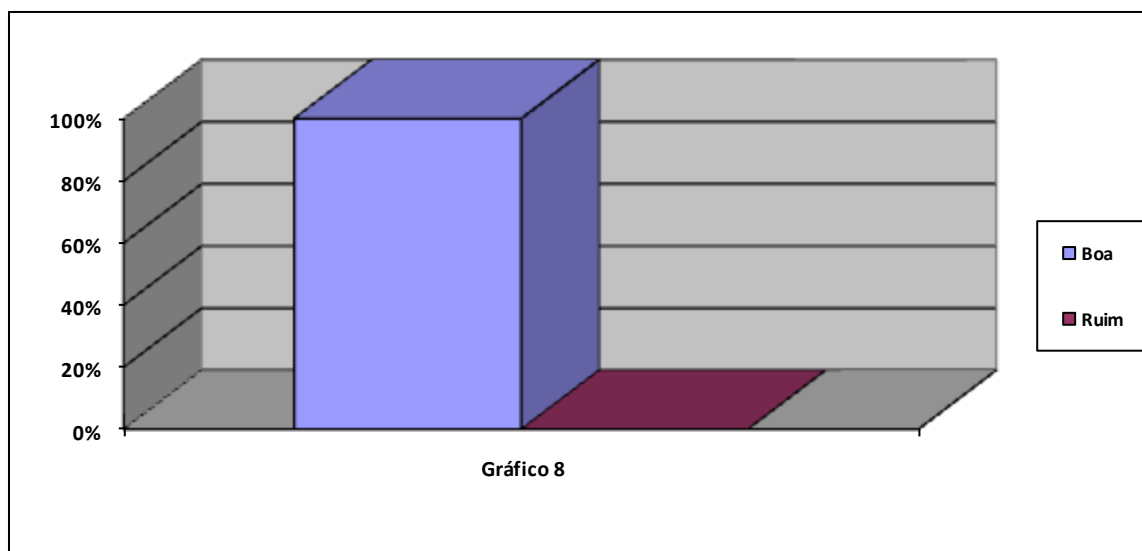
**GRÁFICO 7: Dificuldades enfrentadas pela família**



### 5.3 A família e o processo de inclusão

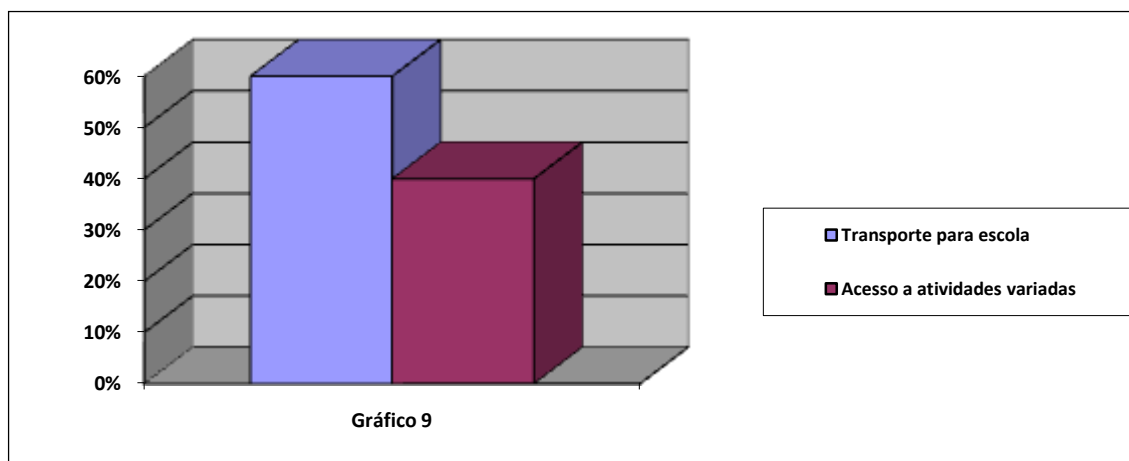
No gráfico 8, vemos que a família acha em 100% a escola boa, não sendo questionado em nenhum momento da entrevista o tratamento destinado aos filhos pela instituição.

**GRÁFICO 8: Visão da família quanto à escola**



No gráfico 9, observamos que o maior desafio de acesso dos alunos começa no transporte até a escola com 60%, sendo que todos os dias eles perdem 1(uma) hora de aula, pois o motorista do veículo de aluguel transporta crianças para outra escola, deixando os dois por último, pois requerem mais tempo para serem colocados e retirados do veículo. Os alunos recebem um auxílio transporte, não sendo suficiente para fazer em um veículo particular, pois o público não atende as necessidades dos cadeirantes, sendo completado seu valor em espécie pela família. Assim a principal dificuldade enfrentada pelos alunos é o acesso de casa para a escola e vice versa, seguido com 40% da não participação em atividades extraclasse, como aulas externas a escola.

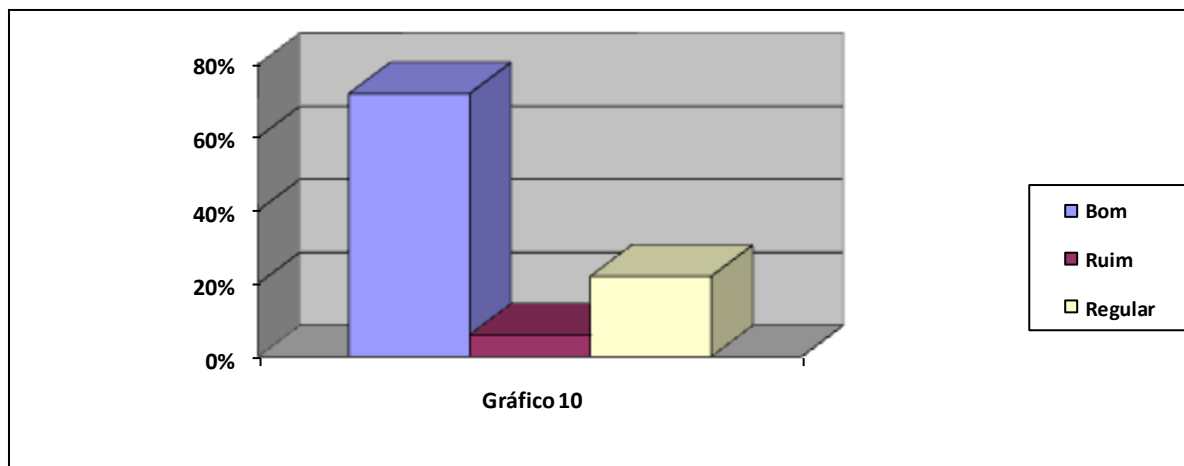
**GRÁFICO 9: Dificuldades enfrentadas pelos alunos**



Os alunos deficientes se relacionam bem com 70% dos colegas de sala, e relacionamento regular com 20%, e não se relacionam com 10%, como mostra o gráfico 10. No geral são bem aceitos pelos colegas, que os conduzem a ambientes onde eles não têm acesso por vontade própria de ajudar. Segundo Vygotsky,

O desenvolvimento humano é um processo sociocultural: o homem se desenvolve a partir da apropriação que faz da cultura, apropriação esta que só é possível mediante um processo de relação com outros homens. Nesta perspectiva, o desenvolvimento não é um processo puro e simples de acumulação, mas um processo dinâmico de transformações que se dão tanto no nível físico como, e primordialmente, no nível psicológico. (VYGOTSKY, 1999, pág114-115).

Esta interação com os outros educandos é enriquecedora não só para o deficiente, mas para todos os envolvidos no processo educacional.

**GRÁFICO 10: Relacionamento dos alunos deficientes com os demais colegas de classe**

Os professores desta instituição acreditam que o local adequado para estes educandos seja a escola regular, e que o convívio deles com os demais alunos trazem benefícios para ambos, apesar de não se sentirem preparados pra recebê-los, estão abertas as mudanças e formações continuadas.

Os dirigentes desta escola também sentem que os professores deveriam ter formação específica para atender as crianças com necessidades educacionais especiais, e reconhecem as dificuldades que os alunos têm em acessar os vários ambientes desta escola.

Quanto à família e alunos demonstram gostar da escola, e a maior dificuldade enfrentada é a de acesso à mesma, em grande parte por problemas financeiros.

Por todos estes dados obtidos, entende-se que a Educação, na medida em que começa a desenvolver padrões que respeitem a deficiência, ajuda a construir alternativas que possibilitam que as diferenças sejam aceitas, contribuindo para que os alunos se desenvolvam de forma plena e tenha acesso à educação, seja cognitiva ou espacial. Para tanto, as ideias de Vygotsky nos diz que o deficiente tem um déficit orgânico, só que esse sujeito quando estimulado e através do processo de compensação se desenvolve como qualquer outra pessoa, sendo respaldado que este desenvolvimento e aprendizado se efetivem com implementações das leis vigentes, e boa vontade de toda a sociedade.



Barth (1998) retrata as diferenças de forma contundente afirmando que a educação brasileira tem buscado ações com objetivos de superar os entraves que descaracterizam a inclusão, não bastando apenas conhecer as políticas educacionais, devendo ser precedidas de serias reflexões e conscientização de toda a comunidade escolar que todos que adentram o recinto escolar devam ter as mesmas oportunidades.

Segundo Stainback (1999) a segregação não é uma prática da atualidade mais algo praticado há séculos. Prática tão rude e cruel já não deveria permear a nossa realidade. Infelizmente existem atitudes e estruturas educacionais totalmente arraigadas à exclusão generalizada. Desenvolvimento e manutenção de programas de preparação para professores e procedimentos de reforma escolar que possam oferecer um melhor suporte para mudar o quadro existente exigem muito apoio. O envolvimento de todos também é imprescindível. Conforme nos afirma Stainback, (2004) a inclusão é um valor social que, se considerado desejável, torna-se um desafio no sentido de determinar modos de conduzir nosso processo educacional para promovê-la.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados das entrevistas, esta pesquisa nos mostra que não basta os portões da escola estar abertos para receber alunos com necessidades especiais, mas sim garantir a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Analizando os dados adquiridos durante a pesquisa podemos inferir que na escola citada ainda há barreiras que impedem o livre acesso dos educandos a alguns locais da instituição, dificuldade no transporte de casa até a escola e vice versa, e falta de apoio especializado a um dos alunos. Para a família dos educandos o relacionamento com todos os profissionais da escola é bom, sem reclamações ao tratamento destinado aos filhos. E quanto aos professores, apesar de não se sentirem preparados, estão abertos à oferta de formação continuada e especializada.

Para ultrapassar os entraves que observados a Educação Inclusiva precisa se confrontar um novo modelo educacional. As escolas precisam abandonar velhas práticas e abrir-se para o novo, desencadeando ações que possam centralizar seu Projeto Político Pedagógico. Partindo desse pressuposto as escolas poderão nortear suas práticas educacionais. Com base nesse projeto é possível à organização pedagógica das escolas seja no que se refere aos currículos, formação de turmas, práticas de ensino e avaliação.

Para que a inclusão possa apresentar avanços significativos é preciso reconhecer às diferenças como parte inerente de todos nós. As experiências educacionais apontam cada vez mais que os alunos não precisam ter todas as mesmas necessidades de aprendizagem e características para serem integrantes e respeitados em uma sala de aula.

Não haverá um conjunto de práticas estáticas, e sim uma interação dinâmica entre os educadores, pais, membros da comunidade e alunos para desenvolver e manter ambientes e oportunidades educacionais que serão orientados pelo tipo de sociedade no qual queremos viver.

Torna-se necessário entender a inserção não como sendo um problema somente da pessoa, mas principalmente do sistema ao qual ele esta inserido. É

importante primar à formação de um cidadão consciente e crítico, e, ao mesmo tempo oferecer a todos a oportunidade de realizar seu potencial sem barreiras excludentes e segregatórias.

Para alcançar a tão conclamada qualidade de ensino, pela universalização do acesso à educação e pela democratização do conhecimento, esta interação deve ser também com órgãos públicos, a fim de garantir que o estado assuma seu papel de administrador e o mantenedor de políticas sociais, e em particular as de educação.

O trabalho aqui realizado muito contribuiu para minha formação acadêmica e pessoal, enquanto mãe de um jovem com necessidades especiais, docente de crianças e jovens com diferentes necessidades especiais e cidadã, contribuindo na reflexão de práticas pedagógicas menos excludentes e discriminatórias, e me dando subsídios para analisar e cobrar dos órgãos a que compete às intervenções que não estão ao nosso alcance.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BARTH, R. A. (1990). Personal vision of a good school. In: Phi Delta Kappan, n. 71, p. 514-515.

BRASIL. Senado Federal. Secretária-Geral da Mesa. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394/1996. Brasília: Secretaria Especial de Editoria, 1997.

BATTAGLIA, L. Inclusão escolar: Práticas e compromissos. São Paulo, editora Globo, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www. planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 28/01/2011.

BRASIL, Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 28/01/2011.

BRASIL. Decreto nº 3.956/2001(Convenção da Tailândia) Declaração Mundial de Educação para Todos - UNICEF - Jon Tien. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 02/03/2011.

CARVALHO, R.E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 1996.

CARVALHO, R.E. Uma promessa de futuro: aprendizagem para todos e por toda a vida. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CARNEIRO, R. Sobre a Integração de 4 alunos portadores de deficiência no ensino regular. Revista Integração. Secretária de Educação Especial do MEC, 1997.

FÁVERO, E. A. G. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FREITAS, S. N. Uma escola para todos: Reflexões sobre a prática educativa. Revista da Educação Especial. Brasília, v.4, n. 2, p.37-40, julho/outubro 2008  
Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/MEC.

JOVER, A. Preparando a escola inclusiva. Revista Nova Escola. Editora Abril, 36 nº123, 1999, p.12.

LIPE, E. M.O.; CAMARGO, E.P.de. Análise da formação inicial de professor de ciências e biologia frente ao desafio da inclusão escolar: uma questão curricular. Publicado nas atas do II Congresso Brasileiro de Educação. Bauru: Unesp, 2009. v.1. p.1 – 12.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 – Coleção cotidiano escolar.

MANTOAN, M.T. E.. A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo:Memnon.Editora SENAC,1997.

RATLIFFE k .T.Fisioterapia na clínica pediátrica: Guia para a Equipe de Fisioterapeutas. 1ª edição. São Paulo: Livraria Santos; 2000

RIBEIRO, S. L. Espaço Escolar: Um Elemento (In) Visível no Currículo. In: Revista Sitientibus, Bahia; n 31, jul/dez, 2004

SANTOS, M.S. O desafio de uma experiência. In:Mantoan M.T.E.Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon, 2002.

SASSAKI, R.K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:WVA,1997.

STAINBACK,S. Revista pedagógica. Aprendizagem para todos. Porto Alegre: Ed.Artmed, nov./2004. Ano VIII.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VAYER, P. A integração da criança deficiente na classe. São Paulo: Manole, 1989

VASCONCELOS, L. S. A atuação do psicanalista no apoio a professores frente à inclusão.. In: Psicanalise, Educacao e Transmissao, 6., 2006, São Paulo.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY,L.S. (1999). Teoria e método em psicologia. 2. ed. São Paulo (Brasil): Martins Fontes.

## APÊNDICES

### 1 ENTREVISTA COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE IPATINGA:

Prezado (a) Senhor (a)

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com necessidades educacionais desta instituição, situada no município de Ipatinga-Minas gerais solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima uma educação mais humana e igualitária,

Dessa forma, peço à gentileza que responda a um questionário com questões que contemplam a sua concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Marlei da Silva Campos

Aluna do curso de desenvolvimento Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ipatinga (MG).

#### Questões:

1-Você professor da rede municipal de Ipatinga se sente preparado para atender alunos com necessidades educacionais especiais?

- ( ) sim  
( ) não  
( ) parcialmente

2- Há alguma preocupação apresentada com relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades propostas durante as aulas? Cite em ordem de prioridade.

1º lugar: \_\_\_\_\_

2º lugar: \_\_\_\_\_

3º lugar: \_\_\_\_\_

3-Nesta escola é disponibilizada serviços de apoio à criança com necessidades educacionais especiais?

- ( ) sim  
( ) não

Quais? \_\_\_\_\_

4-Como os demais alunos da sala se relacionam com deficiência física?

- ( ) bom  
( ) ruim  
( ) regular

5- Existem entraves na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nesta escola da rede municipal de Ipatinga?

- ☐ sim
- ☐ não
- ☐ parcialmente

6-Em sua opinião, qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência física?

- ☐ Ensino Regular
- ☐ Ensino Especializado

Por quê?\_\_\_\_\_

7- Você acha que a pessoa com alguma deficiência pode prejudicar o andamento da turma?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por quê?\_\_\_\_\_

## **2 ENTREVISTA COM A EQUIPE DIRETIVA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IPATINGA**

Prezado (a) Senhor (a)

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com necessidades educacionais desta instituição, situada no município de Ipatinga-Minas Gerais solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima uma educação mais humana e igualitária,

Dessa forma, peço à gentileza que responda a um questionário com questões que contemplam a sua concepção sobre educação inclusiva e acessibilidade, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Marlei da Silva Campos

Aluna do curso de desenvolvimento Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ipatinga (MG).

**Questões:**

1-Quais os principais problemas e dificuldades enfrentadas pela direção da escola na inclusão de alunos com NEE?

- ☐ Mobiliário (mesa, cadeiras)
- ☐ Preparação dos professores
- ☐ Transporte
- ☐ Arquitetura
- ☐ Preconceito de pais e de outras crianças
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

2- A escola está preparada para a inclusão destes alunos?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Parcialmente.

Por quê? \_\_\_\_\_

3-Em sua opinião, qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência física?

- ☐ Ensino Regular
- ☐ Ensino Especializado

Por quê? \_\_\_\_\_

4-Há alguma restrição na escola em receber e manter um deficiente físico neste ambiente escolar

- ☐ Sim
- ☐ Não

6 Estando um aluno com deficiência física em uma série do ensino regular, o que seria necessário para que seu efetivo aprendizado ?

- ☐ auxiliar de classe
- ☐ número menor de alunos por turma
- ☐ capacitação para professores regente
- ☐ atendimento individualizado
- ☐ outros

Sugestões: \_\_\_\_\_



### 3 ENTREVISTA COM A FAMÍLIA E ALUNOS

#### Questões:

Prezado (a) Senhor (a)

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da inclusão dos alunos com necessidades educacionais desta instituição, situada no município de Ipatinga-Minas gerais solicito sua cooperação e atenção no sentido de responder a pesquisa que desejo realizar. Acredito que será um importante requisito para buscarmos formas de alcançarmos a transformação social, que prima uma educação mais humana e igualitária,

Dessa forma, peço à gentileza que responda a um questionário com questões que ajudarão a melhorar a concepção sobre educação inclusiva, seus principais desafios e sugestões para sua efetivação.

Comprometo-me com o código de Ética Profissional.

Atenciosamente,

Marlei da Silva Campos

Aluna do curso de desenvolvimento Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ipatinga (MG).

1-Qual o diagnóstico clínico de seus filhos?

2-Existem outras limitações, diagnosticada nos filhos, além da locomoção?

3-Há outras dificuldades que a família enfrenta em decorrência da limitação dos filhos? Quais?

4-Existem dificuldades enfrentadas pela família no trajeto de casa para a escola e da escola para casa?

( ) sim

( ) não

Quais? \_\_\_\_\_

5 - Seus filhos enfrentam algum tipo de preconceito dos colegas dentro da escola?

( ) sim

( ) não

( ) parcialmente

5-Enquanto aluno vocês gostam da escola?

- ( )sim
- ( )não
- ( )parcialmente

6-Vocês enquanto aluno, o que poderia ser mudado na escola para melhorar a permanência de vocês neste ambiente? Dê sugestões.

---

---

---

## ANEXO

curso de desenvolvimento Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ipatinga (MG).

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável : \_\_\_\_\_

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): \_\_\_\_\_

Pesquisadores participantes: \_\_\_\_\_

Telefones para contato : \_\_\_\_\_

☐ Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo, se for o caso)

☐ Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas.

☐ Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa

☐ Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos (atualmente em vigor)

☐ Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual

☐ Nome e Assinatura do pesquisador \_\_\_\_\_

☐ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_